

*Apresentado por unanimidade
em reunião de 05/08/17
Rio, 05/08/17*

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

*Assinado por Nilton Aizenman
P.R.E.S.*

Indicação n.º 046/2017.

Indicante: Presidente da Comissão Permanente de Direito Financeiro e Tributário

Relator: Nilton Aizenman

Ementa: Projeto de Lei Complementar do Senado nº 204/2016, de autoria do Senador José Serra. Dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação.

O referido Projeto de Lei Complementar, institui a cessão de direitos creditórios dos entes da Federação, adicionando o artigo 39A na Lei nº 4.320/1964. Na realidade, trata-se de SECURITIZAÇÃO das CDA's, as quais passarão a ser consideradas como títulos negociáveis no mercado financeiro.

Como se não bastasse a calamidade do protesto extrajudicial das CDA's, o autor do Projeto justifica o mesmo da seguinte forma:

“O aperfeiçoamento do arcabouço legal que aqui se propõe, ao estabelecer critérios inequívocos de responsabilidade fiscal, permitirá que os estados, municípios e a União maximizem o resultado das operações de cessão de créditos das unidades da Federação. Entre outras coisas, impede-se que os entes públicos assumam compromissos financeiros futuros para compensar eventuais inadimplências de contribuintes”.

Securitização, do inglês “securitization” é uma prática financeira que consiste em agrupar vários tipos de ativos financeiros, principalmente, títulos de crédito, que podem ser adquiridos diretamente por instituições financeiras e fundos de investimento.

Na realidade, trata-se de extensão da equiparação das CDA's aos títulos de crédito negociáveis por instituições financeiras, fato que deu origem ao Projeto de Lei do Senado acima referido.

A Securitização pode ser conceituada como a cessão de direitos creditórios ao veículo emissor de valores imobiliários, lastreando os valores mobiliários emitidos no mercado de capitais com os direitos creditórios adquiridos por cessão.

A securitização de recebíveis surgiu nos Estados Unidos da América. Sua origem remonta à necessidade de atendimento, na década de 70, da crescente demanda dos norte-americanos por imóveis e crédito imobiliário.

Consta que uma das vantagens da securitização é a transformação de um título de crédito ilíquido, num título de crédito líquido. Deve-se levar em conta que a LEF considera que a CDA tem a presunção de liquidez e certeza.

Por outro lado, a principal desvantagem da securitização é o custo da operação e da complexidade do procedimento e de eventuais riscos relativos a tais operações financeiras em face das atuações dos investidores, do veículo emissor, do cedente e dos devedores dos direitos creditórios. Tal circunstância nos remete a crise financeira do ano de 2008, nos Estados Unidos da América, com a quebra de grandes bancos, refletindo no mercado financeiro global.

Em sua justificação o autor do Projeto de Lei Complementar faz o seguinte comentário:

“A medida permitirá a obtenção de caixa com a venda de direitos que, hoje, não tem liquidez seja por que ainda dependa de procedimentos operacionais e legais de cobrança e execução, seja porque parte desses créditos correspondem a financiamentos de longo prazo dos débitos confessados e assumidos pelos contribuintes no âmbito de renegociações das dívidas tributárias previstas em Leis específicas. Essa vantagem é crucial neste momento de queda significativa da arrecadação.”

Como se pode constatar, o principal objetivo do Projeto de Lei Complementar aqui comentado, nada mais é do que respaldar os governantes de todas as esferas da Federação, em seus procedimentos que contrariam a Lei de responsabilidade fiscal, com a justificação de obtenção de caixa para cumprimento de obrigações orçamentárias.

Bem de ver, que o referido Projeto de Lei Complementar, não dá ao contribuinte o direito de rejeitar ou embargar as CDA's, além de frustrar a prova em contrário da presunção de liquidez e certeza.

V

CONCLUSÃO

Assim sendo, o Projeto de Lei Complementar do Senado nº 204 de 2016 deve ser rejeitado, totalmente, por conter disposições que contrariam, violentamente, os interesses dos contribuintes, além de distorcer a finalidade da emissão da CDA, como previsto na LEF, que propicia as Ações de Execução Fiscal, com o devido processo legal, ou seja, verdadeira insegurança jurídica.

Estas as considerações sobre a matéria aqui tratada, SMJ.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2017


Nilton Aizenman

Membro da Comissão Permanente de Direito Financeiro e Tributário